

LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2005.

Autoriza o Poder Executivo a permissão de uso a Título Precário de imóvel que especifica ao Sr. Vicente Donizete Pereira, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ribeirão Vermelho - MG, por seus vereadores, aprova e Eu, Ana Rosa Mendonça Lasmar Moreira, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do Parágrafo 3º, do art. 15, da Lei Orgânica Municipal, pelo prazo de 10 (dez) anos, a permissão de uso a título precário de imóvel municipal, a título gratuito, ao Sr. Vicente Donizete Pereira, portador do RG nº M-1.660.329 e inscrito no CPF sob o nº 394.202.204-68, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 724.

Art. 2º O imóvel constante do Art. 1º está situado na Rua Ervândalo da Costa Rios, Bairro Engenho de Serra, RIBEIRÃO VERMELHO - MG, contido no perímetro indicado no croqui anexo nº 001, do arquivo da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, que fica fazendo parte integrante desta lei, com o fim específico de sua utilização para passagem e uso.

Parágrafo Único – O imóvel é constituído de uma área de 156,51 m², onde confronta pela frente em 14,00 mts com a Rua Ervândalo Costa Rios, lado direito em 8,40 mts com Evandro Sebastião; lado esquerdo em 12,75 mts, com Vanderlei dos Santos e fundos em 9,85 mts com Vicente Donizete Pereira.

Art. 3º Após a assinatura do contrato de permissão, fica o permissionário obrigado a:

- I – servir-se do imóvel permitido para uso compatível com a finalidade prevista no artigo 2º;
- II – não ceder o imóvel, no todo ou em parte, a terceiros;
- V - responder pelos tributos incidentes sobre o imóvel e tarifas de consumo de serviços públicos, na forma da lei.

Art. 4º A Administração Municipal terá direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei e no instrumento de permissão.

Art. 5º A Administração Municipal não será responsável, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da execução das obras, serviços e trabalhos a cargo do permissionário.

Art. 6º A alteração do destino da área, a inobservância das condições constantes desta lei, ou das cláusulas do instrumento de permissão, bem como o descumprimento de qualquer prazo fixado, implicarão na automática rescisão da permissão, revertendo a área ao Município, incorporando ao seu patrimônio as edificações e benfeitorias nela executadas, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for.

§ 1º - A permissão poderá ser prorrogada por iguais períodos, de acordo com o interesse das partes.

§ 2º - Não havendo o interesse de prorrogação, por parte do permissionário, o imóvel será restituído ao Município sem nenhuma indenização.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, 29 de dezembro de 2005.

Ana Rosa Mendonça Lasmar Moreira
Prefeita Municipal

Alerson Claret de Jesus
Secretário Municipal de Administração e Fazenda